CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1973/80
INTERESSADO: INSTITUTO "MACKENZIE"/ CAPITAL
ASSUNTO : Consulta sobre validade de reconhecimento
RELATORA : Conselheira Maria Aparecida Tamaso Garcia
~~PARER~~ CEE Nº 1 6 3 2 / 8 0 - CPBG - Aprovado em 15/10/80

I - RELATÓRIO

1. - HISTÓRICO:

O Senhor Diretor Geral da Escola Americana e Colégio Mackenzie encaminhou a este Colegiado ofício do seguinte teor:

"Determinou a Deliberação CEE 18/78 em seu artigo 9º:

Artigo 9º - O estabelecimento de ensino ainda não reconhecidos deverão formular pedido de reconhecimento para o primeiro grau regular ou supletivo após dois anos de funcionamento e antes do completar três; e para o segundo grau regular ou supletivo após um ano e até dois de funcionamento, contados a partir da data da publicação da autorização".

Na forma estabelecida, está evidenciado que os estabelecimentos de ensino regulares já reconhecidos ficariam isentos de novo pedido neste sentido, desde que cumpridas as determinações locais vigentes na época em que foram instalados.

Com muita propriedade, a Deliberação 18/78 assegurou às unidades escolares, as disposições do artigo 5º da Lei 4.024/61, ainda em vigor, que estabelece:

"Artigo 5º - São assegurados aos estabelecimentos de ensino público e particulares legalmente autorizados, adequada representação nos conselhos estaduais de educação, e o reconhecimento, para todos os fins, dos estudos nele realizados . (q. n.)

Entretanto, a nova redação dos artigos 9º e 10º dada pela Deliberação CEE nº 25/79, excluiu a expressão "ainda não reconhecidos", perante o entendimento de que todos os estabelecimentos, já reconhecidos, deveriam pedir novo reconhecimento.

É nosso entendimento, à vista especialmente do disposto no artigo 5º da Lei 4.024/61, que as unidades escolares com inspeção regular, legalmente autorizadas e após reconhecidas por atos próprios estão isentas da exigência, que se aplica evidentemente às unidades novas, à vista dos prazos estabelecidos ou àquelas ainda não reconhecidas.

O INSTITUTO MACKENZIE, fundado há cento e dez anos, sob inspeção regular, quer federal ou estadual obteve em todas as oportunidades,

PROCESSO CEE Nº 1923/80 - Parecer CEE Nº 1632/80 - fls.2

a competente autorização e o reconhecimento, como atestam os documentos inclusos.

Considerando a necessidade de esclarecimento quanto à questão do novo reconhecimento, à vista da nova redação dada ao artigo 9º da Deliberação CEE 18/78, juntando a documentação necessária, submete o assunto à alta consideração de v. Exa."

2. - APRECIÇÃO:

A consulta encontra complete esclarecimento no Parecer CEE Nº 1592/75, de nossa autoria, aprovado em 18/12/79, e que serviu como apoio à Deliberação CEE Nº 27 que alterou os artigos nº 102 da Deliberação CEE nº 18/78. O referido Parecer não foi publicado na íntegra no Diário Oficial do Estado, ~~de~~ resultaram as procedentes dúvidas levantadas pelo Instituto Mackenzie.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, envie-se cópia do Parecer CEE nº 1692/79 ao Instituto "Mackenzie", pois este documento responde às indagações formuladas pela Instituição a este Conselho, através de seu ofício 22/80.

CECSC, em 17 de setembro de 1980.

a) Conselheira Maria Aparecida Tamaso Garcia
= Relatora =

III - DECISÃO DA CÂMARA

À CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer Voto da Relatora.

Presentes os nobres Conselheiros: Pe. António Federal da Rosa Aquino, José Augusto Dias, José Maria S e s t í l i o Mattei, Pe. Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Renato Alberto T. Di Dio.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1980

a) Conselheiro José Augusto Dias
= Presidente =

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino de Segundo Grau, nos termos do Voto da Relatora.

Sala "Carlos Pasquale" , em 15 de outubro de 1980

a) Cansa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR - Presidente